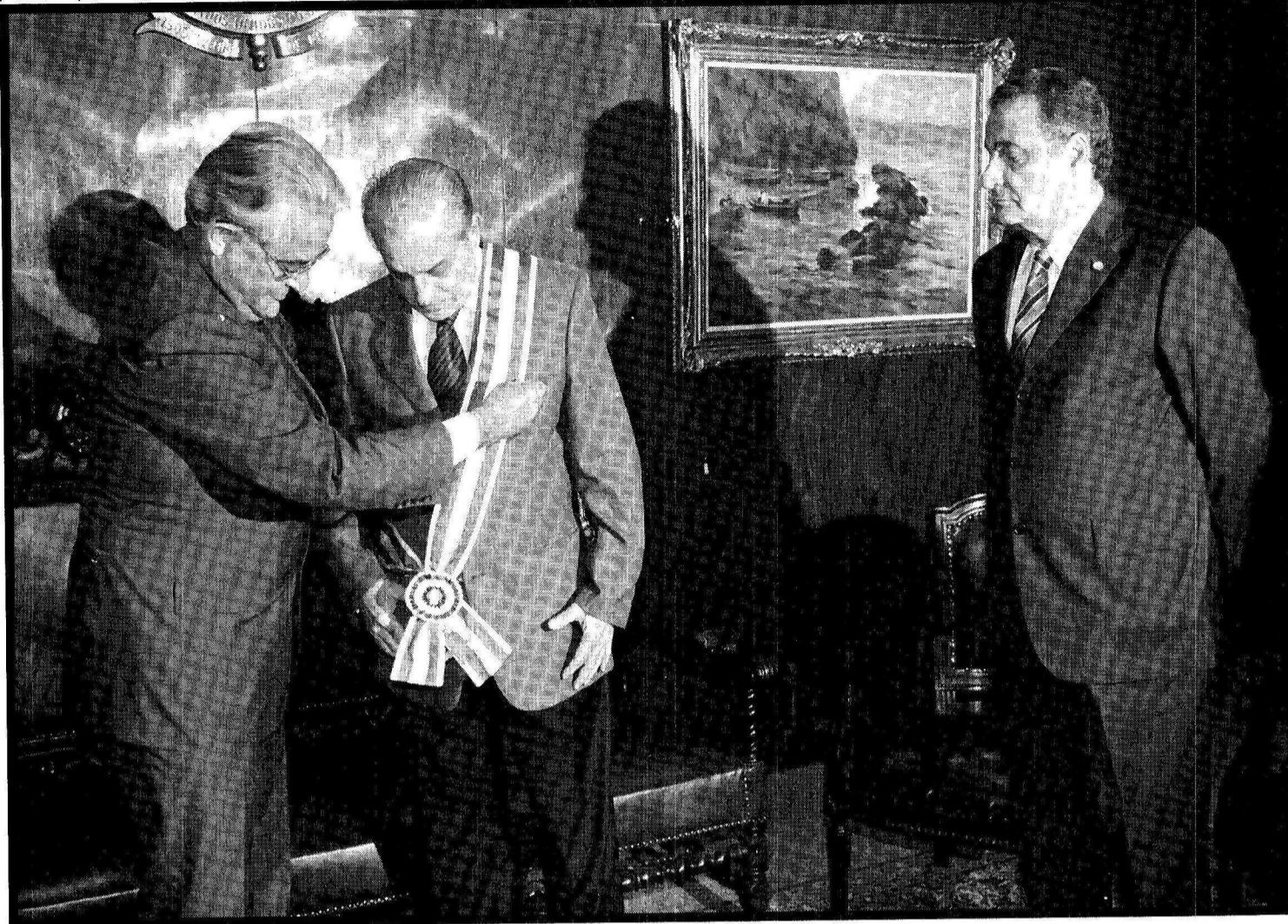


## RECURSOS

Projeto que garante R\$ 3,3 bilhões ao governo local depende apenas da sanção do presidente Fernando Henrique para entrar em vigor em 2003

Jefferson Rudy



GOVERNADOR RORIZ HOMENAGEIA O PRESIDENTE DO CONGRESSO, SENADOR RAMEZ TEBET (C), COM A MEDALHA DA ORDEM DO MÉRITO DE BRASÍLIA

# Senado aprova Fundo Constitucional do DF

Roberto Fonseca  
Da equipe do Correio

A bancada de Brasília no Congresso e o governador Joaquim Roriz (PMDB) conseguiram ontem uma importante vitória no Senado. O projeto de lei que cria o Fundo Constitucional do DF foi aprovado no plenário da Casa. O Fundo obriga a União a repassar recursos ao DF para custear despesas de pessoal das áreas de segurança, saúde e educação. Para entrar em vigor já em 2003, falta apenas a sanção do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O texto votado no Senado é o mesmo aprovado na Câmara dos Deputados na semana passada. A criação do Fundo garante o repasse de R\$ 3,3 bilhões por ano ao governo do DF. O valor será reajustado automaticamente na mesma proporção do aumento da receita líquida da União. Para o governador Joaquim Roriz (PMDB), o Fundo significa uma menor dependência de negociação com o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para conseguir recursos.

O governador foi pessoalmente ao Senado para acompanhar a votação do projeto. Antes da sessão, Roriz encontrou-se com o presidente do Congresso, senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Ele aproveitou a oportunidade para entregar-lhe a medalha da Ordem do Mérito de Brasília, concedida em 21 de abril deste ano. Roriz ouviu do presidente do Senado a promessa de que o projeto do Fundo seria incluído na pauta de ontem. "Nós não po-

## VERBAS PARA BRASÍLIA

### COMO É

**I**A União é obrigada pela Constituição Federal a custear somente os custos da área da segurança do DF. Mas, desde a criação de Brasília, o governo federal sempre arcou também com o pagamento dos salários das áreas de educação e saúde

**I**Todos os anos a bancada do DF no Congresso negocia o valor do repasse que constará na previsão orçamentária da União. Por não ser obrigatório, porém, há sempre atrasos na liberação mensal, que depende de negociações políticas

### COMO SERÁ

**I**A criação do Fundo Constitucional do DF tornará obrigatório o repasse anual para custeio das áreas de segurança, saúde e educação

**I**O valor do repasse não dependerá mais das negociações da bancada federal do DF. Haverá um patamar mínimo (de R\$ 2,9 bilhões) que será reajustado anualmente, de acordo com a arrecadação da União

**I**O governador, no entanto, terá de continuar negociando com o governo federal recursos para aumento de salário dos servidores e investimentos

demos faltar com esse dever", garantiu Tebet.

Em seguida, Roriz participou de uma reunião na liderança do PMDB no Senado, onde foram acertados os últimos detalhes da votação. Pela manhã, o relator do projeto, senador Lindberg Cury (PFL-DF), conseguiu a assinatura de todos os líderes partidários para que o texto tramitasse em regime de urgência. Com isso, o projeto não seria analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Depois de aprovada a tramitação de urgência no plenário, to-

lia poderia ganhar nesse Natal. Esse Fundo dá dignidade, tranquilidade a milhares de pessoas que trabalham nas áreas de saúde, educação e segurança", afirmou.

Roriz também comemorou a aprovação do Fundo Constitucional. "Tudo deu certo. Enquanto eles estavam lá, eu estava aqui no canto com a mão na minha medalha de Nossa Senhora para que me desse força", disse o governador. "Vai melhorar a vida do povo de Brasília. Os servidores das áreas de segurança, saúde e educação vão ser melhor aquinhoados. Nós podemos dar a eles um salário muito melhor do que eles têm. E com isso melhorar a qualidade do ensino, da saúde e da segurança pública", completou.

O deputado federal Pedro Celso (PT), autor do substitutivo que cria um sistema de controle social do Fundo, acredita que o nova forma de repasse só será bem-sucedida com a implementação da comissão de acompanhamento e fiscalização. "É uma maneira de democratizar a aplicação do dinheiro e dar mais transparência a ela. Espero que o governador oficialize essa comissão rapidamente."

Pelo menos cinco projetos que previam a criação do Fundo foram apresentados no Congresso nos últimos anos. Mas a votação só foi possível este ano porque Fernando Henrique, depois de um acordo com Roriz, enviou em junho proposta para a Câmara em regime de urgência.

■ COLABOROU TARCIANO RICARTO